

Brasil repete sua segunda pior nota da série histórica em índice global de percepção da corrupção

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 10 de fevereiro de 2026



O país marcou 35 pontos, numa escala que vai de 0 a 100 (quanto menor a nota, pior a percepção), e ficou na 107^ª posição entre 182 países e territórios avaliados.

Em relação a 2024, quando o Brasil havia registrado 34 pontos, houve alta de um ponto – mas, segundo a organização, essa variação é estatisticamente insignificante, o que indica estagnação.

0 que é o Índice de Percepção da Corrupção

IPC é considerado o principal ranking internacional sobre corrupção e é publicado desde 1995. A metodologia atual, que permite comparação ano a ano, é usada desde 2012.

O índice não mede “casos concretos” nem soma investigações ou denúncias. Ele reúne dados de até 13 fontes independentes, que captam a percepção de:

- especialistas
- pesquisadores
- executivos
- instituições que acompanham governança e integridade pública

No caso do Brasil, foram usados oito indicadores, o mesmo número de 2024.

Brasil segue abaixo da média mundial

Com 35 pontos, o Brasil ficou abaixo de duas referências do levantamento:

- **média global**: 42 pontos
- **média das Américas**: 42 pontos

Os países mais bem colocados em 2025 foram:

- **Dinamarca** (89 pontos)
- **Finlândia** (88 pontos)
- **Cingapura** (84 pontos)

Na outra ponta, os piores foram:

- **Somália** (9 pontos)
- **Sudão do Sul** (9 pontos)
- **Venezuela** (10 pontos)

Países próximos do Brasil no ranking

A Transparência Internacional também destacou que o Brasil ficou perto de países que tiveram notas parecidas.

- Com a mesma pontuação do Brasil (35 pontos), aparece o Sri Lanka.
- Com um ponto a mais (36), aparecem Argentina, Belize e Ucrânia.
- Com um ponto a menos (34), estão países como Indonésia, Nepal e Serra Leoa.

Dois países entraram no ranking pela primeira vez nesta edição: Brunei e Belize, ambos posicionados acima do Brasil.

Para o diretor executivo da Transparência Internacional – Brasil, Bruno Brandão, o país viveu em 2025 um cenário contraditório.

Segundo ele, o Brasil chamou atenção no exterior pela atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) na responsabilização do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados acusados de conspirar contra a democracia, mas também teve casos de corrupção em “escala inédita”.

“Embora o Brasil tenha chamado a atenção internacional em 2025, pela resposta firme e histórica do Supremo Tribunal Federal na responsabilização do ex-presidente Bolsonaro e outros conspiradores que atentaram contra a democracia, também chocou o mundo com casos de macrocorrupção em escala inédita”, disse Brandão.

Avaliação de 2025

Além do índice, a Transparência Internacional – Brasil divulgou nesta terça-feira um relatório chamado “Retrospectiva 2025”, que faz uma análise qualitativa sobre avanços e retrocessos do país no combate à corrupção no último ano.

A Transparência Internacional ressalta que a Retrospectiva 2025 não tem relação direta com o resultado do índice.

O IPC é produzido pela rede global da organização a partir de fontes independentes. Já o relatório é elaborado pela equipe brasileira com base em pesquisa e consultas com órgãos de controle.

A retrospectiva afirma que houve um agravamento da infiltração do crime organizado no Estado, principalmente por meio de corrupção em dois setores da economia formal:

- sistema financeiro
- advocacia

Ao mesmo tempo, o relatório aponta que o país avançou no uso de inteligência financeira para atacar redes sofisticadas de lavagem de dinheiro.

Casos citados no relatório

A retrospectiva menciona uma sequência de operações e escândalos que marcaram 2025, entre eles:

- Operação que apurou suspeitas de comércio de sentenças no STJ
- Operação Overclean, da PF, que investigou desvios de emendas, fraudes em licitações e lavagem de dinheiro envolvendo contratos públicos
- Operação Sem Desconto, da PF, que revelou um esquema de descontos indevidos em benefícios do INSS
- Operação Carbono Oculto, também da PF, que apontou sonegação, evasão de divisas e lavagem de dinheiro com atuação em fintechs, fundos e setor de combustíveis
- Operação Compliance Zero, que embasou as apurações sobre o caso Master, descrito pela entidade como a maior fraude bancária já registrada no país

Inteligência financeira como 'mudança de paradigma'

Segundo a Transparência Internacional, a operação Carbono Oculto se destacou por priorizar o cruzamento de dados financeiros e a integração entre órgãos públicos.

A organização avalia que esse tipo de estratégia é mais eficaz do que ações policiais focadas apenas em confronto armado.

Críticas ao governo na resposta ao caso INSS

O relatório também afirma que o governo federal falhou na resposta ao escândalo do INSS, citando demora na adoção de medidas e críticas à substituição do ministro da Previdência.

Segundo a Transparência Internacional, as investigações apontaram continuidade do esquema em diferentes gestões, com envolvimento de atores nos governos Temer, Bolsonaro e Lula.

Emendas parlamentares e 'captura do orçamento'

No Legislativo, a retrospectiva afirma que 2025 consolidou o crescimento das emendas parlamentares, que voltaram a bater recordes e ultrapassaram R\$ 60 bilhões no orçamento aprovado para 2026.

A entidade diz que a prática também se espalhou por estados e municípios e cita uma decisão do ministro Flávio Dino que estendeu regras de transparência a governos subnacionais.

Caso Master

A Transparéncia Internacional também menciona episódios ligados ao caso Master e afirma que houve tentativas de influência que atravessariam os três Poderes.

Estratégias para a agenda anticorrupção

Por fim, a Transparéncia Internacional – Brasil diz ver duas oportunidades para o país retomar uma agenda anticorrupção:

- a mobilização social que barrou a chamada “PEC da Blindagem”
- a coincidência de perfis considerados reformistas no comando dos cinco tribunais superiores

A entidade defende que esse cenário pode abrir espaço para medidas como a criação de um código de conduta na cúpula do sistema de Justiça.

CGU pondera sobre metodologia

Em nota, a Controladoria-Geral da União (CGU) informa que o índice “não mede a ocorrência real de corrupção, nem avalia políticas públicas de enfrentamento, investigações ou resultados institucionais”, e se baseia em percepções de “grupos específicos”.

Veja na íntegra:

A Controladoria-Geral da União (CGU) considera importante esclarecer pontos metodológicos sobre a divulgação do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2025, da Transparéncia Internacional. A CGU vem apontando essas limitações há vários

anos, em linha com o consenso internacional pela adoção de métricas baseadas em evidências, conforme os Princípios de Viena para Mensuração da Corrupção (UNODC/OCDE).

O IPC não mede a ocorrência real de corrupção, nem avalia políticas públicas de enfrentamento, investigações ou resultados institucionais. O índice se baseia em percepções de grupos específicos, como especialistas, executivos e analistas, coletadas a partir de fontes distintas, com metodologias, períodos de coleta e pesos diferentes entre os países. Por isso, o resultado combina avaliações que não são diretamente comparáveis e pode variar sem que haja qualquer mudança na atuação do Estado ou no nível real de corrupção. O índice também não reflete a percepção da população em geral e não pode ser usado, isoladamente, como diagnóstico amplo da realidade institucional de um país.

A avaliação da corrupção não pode se limitar à percepção sobre sua existência, sem considerar a capacidade do Estado de prevenir, investigar, punir e reparar danos. Indicadores que ignoram o funcionamento dos mecanismos de controle, fiscalização e responsabilização oferecem uma visão incompleta do fenômeno e podem induzir interpretações equivocadas sobre a realidade institucional de um país.

No caso do IPC, em algumas fontes, especialistas apontam estabilidade ou melhora institucional, enquanto oscilações recentes resultam sobretudo da percepção de executivos e lideranças empresariais, muitas vezes residentes fora do país, cujas avaliações refletem expectativas sobre o ambiente político ou econômico e não experiências concretas de corrupção.

A CGU alerta para um efeito indesejado desses indicadores, o de que países que investigam irregularidades, ampliam a transparência e fortalecem mecanismos de controle tornam os problemas mais visíveis e podem ser pior avaliados em índices baseados em percepção. O combate à corrupção não pode ser

tratado como fator negativo. O caso do INSS ilustra esse paradoxo. Foi este governo que identificou o esquema, promoveu investigações, interrompeu práticas ilegais, instaurou processos administrativos e de responsabilização, realizou prisões e bloqueios e iniciou, em menos de três meses, o resarcimento dos aposentados, que já se aproxima de R\$ 3 bilhões. As fragilidades regulatórias apontadas no IPC foram identificadas no andamento dessas investigações e já orientam medidas para prevenir novas irregularidades.

Também causa preocupação a divulgação conjunta do IPC com um relatório qualitativo de país. Embora a própria Transparência Internacional reconheça que a retrospectiva não explica o resultado do índice, a apresentação integrada pode induzir o público a associar a nota do IPC a fatos narrados no relatório, inclusive episódios ocorridos após o período de coleta das pesquisas.

Nesse debate, é possível destacar estudos internacionais com metodologias reconhecidas. Pesquisa recente da OCDE, baseada em amostra representativa de cerca de 2 mil brasileiros, mostrou que a confiança no Governo Federal cresceu de 26% (2022) para 38% (2025), e a confiança no serviço público subiu de 24% para 42%, índices acima da média latino-americana.

O Governo do Brasil responde com resultados concretos. O Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) coordena 261 ações em 55 órgãos. Em 2025, a CGU, em articulação com a Polícia Federal, realizou 76 operações especiais (+46% em relação a 2024), identificando R\$ 13,6 bilhões em prejuízos potenciais. O valor médio por operação passou de R\$ 5,4 milhões (2022) para R\$ 188,6 milhões (2025). Nas ações de auditoria e fiscalização, foram gerados R\$ 40,6 bilhões em benefícios financeiros aos cofres públicos, três vezes mais que no ano anterior.

Também temos fortalecido a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares, em atuação coordenada entre os

Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, em 2024 e 2025, auditorias da CGU resultaram em 15 relatórios técnicos, abrangendo 72 entes federados e 100 organizações da sociedade civil, com avanços na integração de sistemas, divulgação ativa de informações e fortalecimento do acompanhamento dos gastos públicos.

A CGU ressalta que não é possível medir a ocorrência real de corrupção apenas com base em percepções. Os resultados das ações do governo mostram que o aumento da transparência, das investigações e do controle não significa mais corrupção, mas uma maior capacidade do Estado de enfrentá-la de forma efetiva."

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 10/02/2026/15:03:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e

saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadopresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 984046835](https://wa.me/5593984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](https://wa.me/5593984046835) (Claro) -Site: www.folhadopresso.com.br e-mail: folhadopresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[Como Remover Fundos Usando um Removedor de Fundo Grátis](#)